

DE “PARQUE MODELO” AO ESQUECIMENTO: OS PROCESSOS DE REMOÇÃO DO PARQUE PROLETÁRIO DA GÁVEA

Aluno: Eric Damião Duarte

Orientadores: Margarida de Souza Neves, Clóvis Gorgônio e Silvia Ilg Byington

1.0 - Introdução

A presente pesquisa é continuação de um artigo de iniciação científica já apresentado por mim, sobre o Parque Proletário da Gávea. Ele foi construído em 1942, durante o Estado Novo, para ser um “parque modelo”¹ e mesmo com um caráter provisório permaneceu no local de sua criação por aproximadamente 32 anos, até 1974, quando houve sua remoção completa. No artigo anterior procurei analisar os fragmentos de memórias de dois ex-moradores dos parques proletários da Gávea e do Leblon e, a partir disso, tentei trabalhar a experiência de vida nesses dois locais, com foco principal no Parque Proletário da Gávea. A pesquisa anterior e as entrevistas realizadas levantaram dúvidas sobre o local em questão, as políticas aplicadas e, principalmente, o processo de remoção.

Muitas questões apareceram sobre o contexto do país nas décadas de 1960 e 1970, os movimentos de reforma urbana, os órgãos que impuseram essas mudanças, assim como os movimentos de resistência, o aumento da especulação imobiliária na Zona Sul e a remoção do Parque Proletário da Gávea, sendo essa última a peça chave do meu trabalho. Apesar de sempre esbarrar nos outros parques proletários e em outras favelas, meu foco será a remoção do Parque da Gávea.

A decisão de continuar a pesquisa com o Parque Proletário da Gávea me levou a uma intensa pesquisa por documentos sobre o tema, incluindo duas visitas ao acervo da Fiocruz - Fundação Oswaldo Cruz, onde analisei a documentação do antropólogo Anthony Leeds. Apesar das dificuldades de encontrar artigos, notícias ou qualquer outra fonte de informação sobre o assunto, foi possível elaborar uma cronologia das remoções do Parque da Gávea com base no material achado, especialmente nos jornais da época. Essa cronologia foi fundamental para o andamento da minha pesquisa, além de uma conversa com a pesquisadora Sílvia Ilg Byington que me auxiliou na montagem desse trabalho.

O presente trabalho de pesquisa de Iniciação Científica foi realizado por mim, Eric Damião Duarte, graduando de Ciências Sociais na PUC-Rio e bolsista de Iniciação Científica do Núcleo de Memória da PUC-Rio. O Núcleo é vinculado à Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos (VRAC) e é coordenado pela professora Margarida de Souza Neves e pela pesquisadora Silvia Ilg Byington. Também conta com os pesquisadores Clóvis Gorgônio e Eduardo Gonçalves, com a colaboração do professor Weiler Finamore (Departamento de Comunicação), o fotógrafo Antônio Albuquerque, e atualmente, com mais três bolsistas de Iniciação Científica, além de mim: Julia de Paula França, Rodrigo Lauriano Soares e Raylla Aquino.

Este relatório lista as atividades realizadas por mim no período de julho de 2018 a julho de 2019, dividindo-se em duas partes:

- Relatório Técnico: um resumo das atividades realizadas coletivamente e individualmente;
- Relatório Substantivo: o texto que consolida o meu trabalho individual de pesquisa.

2.0 - Relatório Técnico

2.1 - Atividades em equipe

¹ Cf. PARISSE, Luciano. Favelas do Rio de Janeiro: evolução e sentido. **Caderno do CENPHA**, Rio de Janeiro, v. 5, 1969. p.73.

No período compreendido por este relatório, o Núcleo de Memória realizou as seguintes atividades em equipe:

- Reuniões semanais com a participação de toda a equipe: coordenadores, pesquisadores e bolsistas; tendo como principais metas elaborar projetos, sistematizar a agenda de tarefas, trocar experiências, discutir textos produzidos pela equipe;
- Publicação do acervo através do website do Núcleo de Memória da PUC-Rio;
- Catalogação e sistematização do material documental através da digitalização e cadastro em metadados no banco de dados online do Núcleo de Memória da PUC-Rio;
- Entrevista em equipe com o ex-professor do Departamento de Filosofia da PUC-Rio, Eduardo Jardim. O professor estava presente na PUC-Rio quando houve a greve de professores em 1981 por conta da demissão de professores do departamento de Filosofia. A entrevista foi feita pela bolsista Júlia França para sua pesquisa e também serviu como um registro de memória oral para o acervo do Núcleo de Memória;
- Realização de seminários teóricos internos com a participação dos componentes da equipe para a discussão sobre conceitos de Memória. Este ano, a equipe trabalhou com os seguintes assuntos:
 - 01 - Seminário realizado pela professora Margarida de Souza Neves em 29 de outubro de 2018 sobre o livro “Lugares de memória: ditadura militar e resistências no Estado do Rio de Janeiro”, coordenação de José María Gómez. Esse seminário discutiu a importância dos lugares de memória, além da discussão sobre a noção de lugar de memória cunhada pelo historiador Pierre Nora. Também foi apresentada a trajetória do coordenador do livro a fim de entendermos melhor o projeto realizado por ele;
 - 02 - Seminário realizado em 07 de janeiro de 2019 sobre o texto “Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito” da historiadora Angela Alonso. O objetivo foi discutir o conceito de repertório de ações coletivas, elaborado pelo sociólogo Charles Tilly, a partir da leitura da Angela Alonso;
 - 03 - Seminário realizado em 08 de abril de 2019 sobre o texto “Documento/monumento” do historiador Jacques Le Goff. A equipe discutiu, com base no texto, como é importante para o pesquisador entender a relação entre documento e monumento no trabalho memorialístico e historiográfico;
 - 04 - Seminário realizado em 06 de junho de 2019 sobre o filme “Asas do Desejo” do diretor Wim Wenders. A equipe discutiu as questões da memória e do afeto presentes no filme, de modo a entender como as experiências se mostram fundamentais na construção da memória. Falou-se também a questão dos lugares de memória, fazendo referência ao Muro de Berlim, presente no filme;
 - 05 – Seminário realizado em 10 de junho de 2019 sobre os textos “A memória dos mortais: notas para uma definição de cultura a partir de uma leitura da Odisséia” e “O rastro e a cicatriz: metáforas da memória” da filósofa Jeanne Marie Gagnebin. A equipe discutiu sobre a importância de trabalhar os fragmentos através da análise da autora e a questão do trauma e da cicatriz, analisando o filme discutido na semana anterior.

2.2 - Atividades Individuais

Durante o mesmo período que constam as atividades em equipe, realizei as seguintes tarefas:

- Cadastro de fotos do acervo do Comunicar no site do Núcleo de Memória;
- Catalogação dos documentos das pastas da Reitoria no acervo do Núcleo de Memória;
- Seleção e digitalização de documentos gerais nas pastas da Reitoria;
- Cadastro de fotos de eventos da PUC-Rio no acervo do Núcleo de Memória;
- Monitoria na exposição “Gávea: território de diversidades, morada de contradições” realizada no Solar Grandjean de Montigny, no período de 25 de julho a 26 de outubro.
- Monitoria na abertura da exposição “Solar: Acervo – Obras em obras”
- Pesquisa no acervo da Fiocruz, no acervo do antropólogo Anthony Leeds;

No curso de Ciências Sociais, entre as disciplinas matriculadas no período de agosto de 2018 até julho de 2019, cursei a seguinte matéria que auxiliou a pesquisa para a compreensão do contexto estudado:

- Poder, Política e Desenvolvimento no Rio de Janeiro - A matéria propôs uma análise do período pré-colonial até a ascensão das milícias, na década de 2000.

As atividades coletivas e individuais e, sobretudo, a elaboração de uma pesquisa autoral sobre a remoção do Parque Proletário configuraram, de fato, um itinerário de iniciação científica, complementar às aulas e demais atividades acadêmicas.

A seguir, segue o Relatório Substantivo produzido a partir da minha pesquisa.

3.0 - Relatório Substantivo

DE “PARQUE MODELO” AO ESQUECIMENTO: OS PROCESSOS DE REMOÇÃO DO PARQUE PROLETÁRIO DA GÁVEA

3.1 - Introdução

A memória é formada por lembranças e esquecimentos, de maneira individual e coletiva. É construída através dos laços e afetos entre os que a compartilham. O Parque Proletário da Gávea é um local rico em memórias, sejam essas boas ou ruins. Caracterizado por ser uma comunidade, a ideia de coletividade prevalece, até mesmo depois da sua remoção, tanto simbólica quanto material, na qual, famílias, amigos e amores foram separados.

Na jornada de Iniciação Científica de 2018 apresentei um trabalho sobre o cotidiano da vida dos moradores no Parque Proletário da Gávea², utilizando principalmente da memória oral. Nessa segunda etapa da pesquisa procuro analisar os processos de remoção, ocorridos no Parque Proletário da Gávea durante as décadas de 1960 e 1970. Para isso, trabalharei com referências bibliográficas, notícias na imprensa da época e documentos gerais, como os utilizados e elaborados pelo antropólogo Anthony Leeds.

Durante parte do tempo da pesquisa tentei fazer entrevistas com ex-moradores do Parque Proletário da Gávea, que moram agora no Conjunto Habitacional Marquês de São Vicente, conhecido como Minhocão, e com moradores da Cidade de Deus, onde resido. No primeiro lugar houve a tentativa de contato através de conhecidos que moram no Minhocão, porém não obtive sucesso. Na Cidade de Deus, tentei entrevistar pessoas que sei que moraram no Parque da Gávea, porém, apesar da cordialidade dessas pessoas, que conversaram bastante comigo sobre o local em questão, todas se recusaram a ser gravadas quando tocavam no assunto das remoções.

Ao falar da vida nos parques proletários, os ex-moradores exprimem uma perspectiva do tempo em que viveram no lugar e remontam para além disso, de modo que essa seleção de lembranças, em sua maioria boas, acessam experiências passadas e isso traz satisfação para a vida desses indivíduos ou coletivos. Gilberto Velho propõe que memória é identidade e projeto. O autor afirma que:

A memória é fragmentada. O sentido de identidade depende em grande parte da organização desses pedaços, fragmentos de fatos e episódios separados. O passado, assim, é descontínuo. A consistência e o significado desse passado e da memória articulam-se à elaboração de projetos que dão sentidos e estabelecem continuidade entre esses diferentes momentos e situações³.

As pessoas com quem conversei exibiam sorrisos e acessavam uma espécie de memória coletiva quando estavam em grupo. As entrevistas se restringiam ao modo de viver nos parques e ao

² DUARTE, Eric Damião. “Um mundo distante para gente que mora perto”: Parque Proletário da Gávea (Anos 1940 e 1960). In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DA PUC-RIO, 26. 2018, Rio de Janeiro. **Anais do XXV Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica da PUC-Rio**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2018. p. 1-25.

³ VELHO, Gilberto. Memória, identidade e projeto. In: **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. p. 97-105.

início da vivência na Cidade de Deus. O que marcou nesses depoimentos foi a lacuna referente às remoções. Esse silêncio e ressentimento, de certo modo, explicita o trauma causado pelo processo, que ocorreu durante a infância e adolescência dessas pessoas com quem tentei contato. Minha proposta é analisar esse silenciamento através do texto “O Rastro e a Cicatriz: Metáforas da Memória”, de Jeane Marie Gagnebin⁴.

Em relação ao processo das remoções, há informações confusas e divergentes referentes a uma provável cronologia. O autor Ney dos Santos Oliveira afirma que as primeiras remoções aconteceram na primeira metade da década de 1960 no Parque Proletário do Caju⁵. Porém, não foram encontradas quaisquer notícias nos jornais da época que confirmem essa informação, talvez por não ser de interesse público, já que o Parque número III se encontrava no Caju, que não era uma área de interesse capital. Já sobre o Parque Proletário da Gávea foram encontradas algumas notícias que registram as primeiras remoções na primeira metade da década.

No documentário intitulado “Remoções”, dos diretores Luis Antonio Pilar e Anderson Quack,⁶ a ex-moradora Rosa Maria Mota, do Parque Proletário da Gávea, relembra que ainda na primeira metade da década de 1960 foi dada a oportunidade de moradores do local se mudarem para os novos conjuntos construídos pela COHAB-GB (Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara), desde que o salário fosse adequado ao programa de habitação em questão.

Após uma pesquisa por notícias sobre as remoções dos três parques proletários, boa parte do que me deparei foi de notícias de crimes associados a moradores desses parques. As matérias das primeiras remoções dos parques proletários estão nas colunas policiais e não nas páginas dedicadas às notícias gerais sobre a cidade. A imprensa contribuiu para o processo de segregação e remoção dos parques e das favelas em geral.

3.2 - As múltiplas faces do Parque Proletário da Gávea

O Parque Proletário da Gávea foi criado em 1942 com o intuito de abrigar as populações mais pobres, removidas de favelas da Zona Sul. Idealizados pelo médico sanitarista Victor Tavares de Moura, os parques proletários tinham um caráter higienista e de ordenação, em contraposição às favelas, consideradas locais insalubres e desorganizados. Os parques proletários funcionariam provisoriamente e a seus moradores seria imposta uma pedagogia civilizatória, com o intuito de uma possível integração dessa população ao que se considerava a ordem natural daquela sociedade. No início, apenas poderiam morar no Parque da Gávea os indivíduos que se enquadrassem nas exigências feitas pelo poder público. Para morar no local era necessário ter um trabalho que garantisse a subsistência dos familiares, além de ter bons antecedentes checados antecipadamente junto à polícia⁷. Somente poderiam morar no local os sujeitos que se enquadrassem em uma espécie de cidadania regulada⁸, conceito empregado por Wanderley Guilherme dos Santos, que designa uma cidadania restrita e vigiada pelo Estado.

Esse controle é característico da vigência do Estado Novo, período em que o projeto dos parques é elaborado e entra em vigor. Considerado como uma das principais propostas de resolução dos problemas habitacionais da época, o Parque da Gávea tinha uma lista com 19 regras, além de um toque de recolher, que visavam o Parque ideal. A implantação desse plano teve grande

⁴ GAGNEBIN, Jeane Marie. O rastro e a cicatriz: metáforas da memória. In: **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2006. p. 107-118.

⁵ OLIVEIRA, Ney dos Santos. **Parque Proletário da Gávea - Uma Experiência de Habitação Popular**. 1981. 120f. Tese (Mestrado em Engenharia) - Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia, UFRJ, Rio de Janeiro, 1981, p. 56.

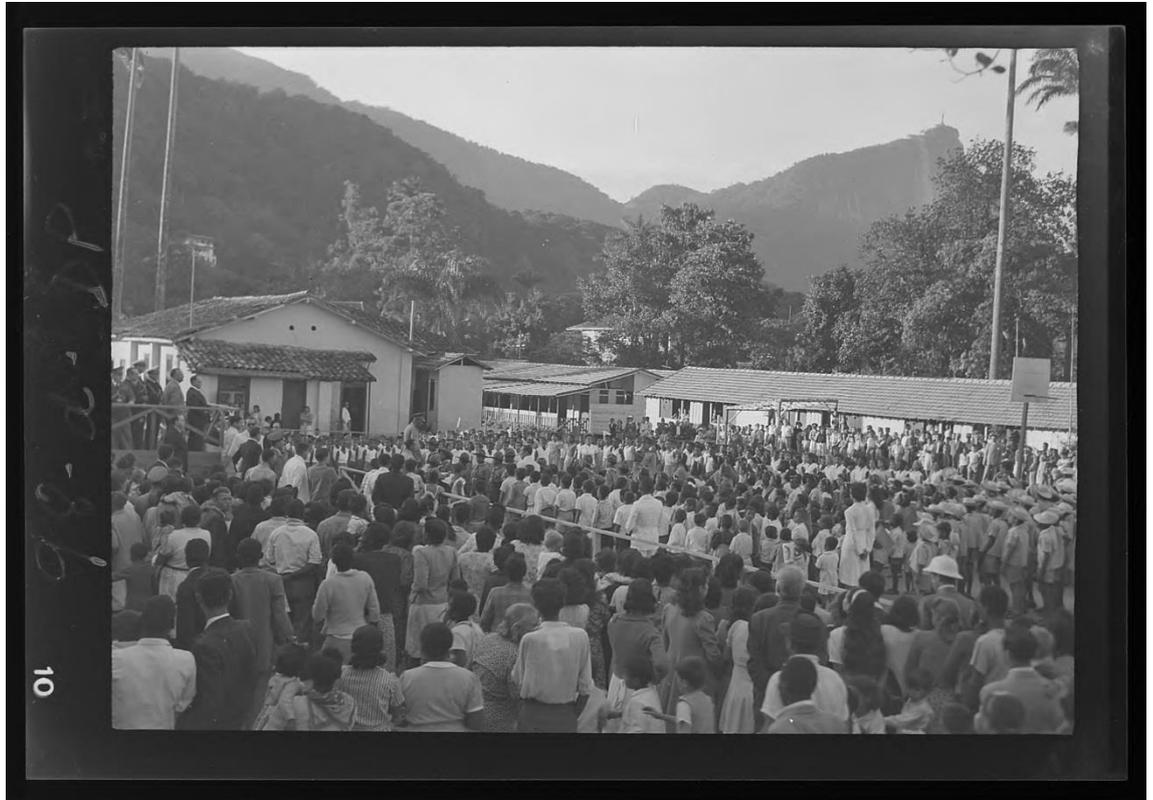
⁶ REMOÇÃO. Produção de Luiz Antonio Pilar e Anderson Quack. Rio de Janeiro: Lapilar, 2013 (1h 25min), son., color.

⁷ DIÁRIO DA NOITE. As favelas vão mesmo abaixo. Rio de Janeiro, 11 mar. 1942. p. 3.

⁸ SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Cidadania regulada. In: **Décadas de espanto e uma apologia democrática**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998, p. 103-109.

significado, pois pela primeira vez era utilizada uma prática baseada no planejamento e conhecimento da população favelada, devido a um censo realizado previamente.

Na primeira metade da década de 1940, o Parque Proletário da Gávea funcionou da forma como foi planejado, com políticas assertivas de controle e ordem. O projeto recebeu investimentos e se manteve como um modelo a ser seguido por futuras iniciativas.



BR_RJANRIO_EH_0_FOT_PRP_01653_d0006de0011_1 – O presidente Getúlio Vargas em visita ao Parque Proletário da Gávea. 17/07/1943. Fotografia desconhecido. Acervo Agência Nacional/Arquivo Nacional.

Na foto acima, observa-se que os moradores do Parque Proletário da Gávea se agrupam ordenadamente ao redor do que parece ser uma comemoração, uma das quais eles eram obrigados a participar, como constava em uma das 19 regras. Ao centro da fotografia, as crianças estão todas ordenadas em filas indianas, delimitadas por uma divisória, com algumas figuras de ordem ao redor, tais como os homens de chapéu, que parecem ser policiais e bombeiros. Ao lado esquerdo da foto, em cima de um palanque, aparece o então presidente Getúlio Vargas, olhando para os moradores, de cima para baixo, o que caracteriza uma figura de representação de poder, estando acima dele somente o Cristo Redentor, no canto superior direito da foto. Essa é uma das fotos que caracteriza os primeiros anos de ordenamento e controle do Parque Proletário da Gávea

Segundo Ney dos Santos Oliveira, com o fim do Estado Novo em 1945, a partir de 1946, com a retomada das eleições, se inicia uma nova forma de relacionamento entre a administração do Parque e seus moradores. O envolvimento de moradores nas eleições culmina na anulação de algumas regras, tais como o toque de recolher – que proibia o ingresso de moradores após as 22 horas - e a introdução de novos moradores no local⁹. Nesse momento há um enfraquecimento no controle e a ordenação já não tinha tanto efeito como antes, mas ainda pairava no local, mesmo que de forma enfraquecida.

⁹ OLIVEIRA, Ney dos Santos. **Parque Proletário da Gávea** - Uma Experiência de Habitação Popular. 1981. 120f. Tese (Mestrado em Engenharia) - Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia, UFRJ, Rio de Janeiro, 1981, p. 51.

Em 1948 foram construídos no Parque dois blocos com 48 apartamentos cada e um grupo com 13 casas de alvenaria. Essas moradias faziam parte de um novo enfoque dado ao problema da questão habitacional, resultantes da criação da Fundação da Casa Popular, em 1946, que visava à construção de conjuntos habitacionais em substituição às favelas. Com essas transformações, houve a inclusão de novos moradores no Parque, sendo esses em maioria funcionários públicos, os quais, diferentemente dos primeiros moradores, tinham renda maior, além de hábitos e costumes diversos dos demais¹⁰. Essa nova política empregada poderia ser uma primeira tentativa de mudança do Parque Proletário da Gávea.

Mesmo com a volta de Getúlio Vargas ao poder em 1950, não foi retomada qualquer tipo de relação existente com o Parque, visto que o país se encontrava em outro contexto político, no qual a manipulação antes exercida por parte do poder teria que ser ressignificada e responder às novas condições políticas existentes¹¹. Nesse mesmo ano, através do Censo Demográfico constatou-se que a população do Parque era de 4.900 habitantes, contrastando com os 2.500 iniciais. O Censo indica que em 8 anos de existência do Parque a população praticamente dobrou.

Apesar do enfraquecimento do projeto, em 1952 os moradores do Parque ainda pagavam um aluguel, que ao longo dos anos não sofreu nenhum reajuste. Esses moradores também pagavam uma taxa de luz, porém tanto esta taxa quanto o aluguel eram considerados bastante baixos em comparação com a renda média do local. Nesse momento a renda média do Parque era em torno de Cr\$1.500,00 e os alugueis variavam de Cr\$20,00 a Cr\$200,00¹². Entretanto, em 1953 foram suspensos os pagamentos dos alugueis no Parque. Esse corte foi visto como um indício de uma ameaça que pairava sobre o local e os que ali moravam: o de remoção do local de seus moradores. O Parque estaria sob risco de extinção, já que o baixo aluguel cobrado deixaria de ser pago¹³. Segundo Inês Leonor Nunes, os moradores do Parque Proletário da Gávea souberam dos primeiros rumores das remoções em meados da década de 1950¹⁴. A fim de reforçar a informação, a autora destaca o seguinte relato: “ficava aquela dúvida se a gente seria mesmo removida. Quando eles construíram o Minhocão, aí eu tive certeza [...]. Ficamos tristes, mas não tinha como resistir”¹⁵. Através do relato da moradora não identificada, pode-se constatar o medo e o sentimento de impotência diante das medidas que, possivelmente, seriam adotadas pelo Governo.

Em meio à especulação sobre a remoção do local, o jornal *Correio da Manhã* de 19/05/1955 publica uma matéria que afirma que o governador do Rio de Janeiro, Amaral Peixoto, havia inaugurado um novo prédio para funcionar uma escola primária no Parque Proletário da Gávea. Esse estabelecimento atenderia 500 alunos, dispondo de 6 salas de aula, refeitório onde era distribuída a merenda e uma grande área murada e arborizada para recreio. A matéria registra a presença do secretário de Saúde e Assistência, que fez a entrega do prédio, do Reitor da Universidade Católica, Pe. Velloso S.J., do secretário de Educação e Cultura, assim como outras autoridades e alguns moradores do Parque¹⁶.

É importante ressaltar que nesse período de 1955, vizinho ao Parque Proletário da Gávea, foi inaugurado o *campus* Gávea da então Universidade Católica. A Universidade nesse momento parece ter certa influência no local, pois assim como a participação do Reitor Pe. Velloso S.J., a Instituição, na segunda metade da década de 1950, desenvolveu algumas políticas assistencialistas no Parque da Gávea como mostram registros em alguns jornais, especialmente através de iniciativas de seus alunos

¹⁰ Ibid.

¹¹ Ibid., p. 52.

¹² Ibid., p. 53.

¹³ Ibid.

¹⁴ NUNES, Inês Leonor. **Favelas** - outra história da construção do espaço urbano carioca. 2008. 140f. Monografia (Graduação em Arquitetura), Universidade de Coimbra, Portugal, 2008. p. 56.

¹⁵ Ibid.

¹⁶ CORREIO DA MANHÃ. Acelerando várias obras públicas. Rio de Janeiro, 19 mai. de 1955. p. 7.

Segundo matéria do jornal Correio da Manhã, de 18/12/1956, O Centro Acadêmico Roquete Pinto do Instituto de Estudos Políticos e Sociais da PUC-Rio, teve a iniciativa de patrocinar uma campanha de Natal, para auxiliar os moradores do Parque Proletário da Gávea. No entanto, devido às dificuldades financeiras, o Centro Acadêmico viu-se obrigado “a rogar às cias produtoras de: sorvete Kibon, Coca-Cola, Crush, Guaraná Antartica e Brahma, chocolates Falchi e Bering¹⁷” que colaborassem com doações de seus produtos, a fim de levar um Natal de alegria aos corações das “crianças sofredoras”, moradoras do Parque da Gávea.

Em matéria do dia 10/05/1957, o jornal Correio da Manhã publica que, por obra do Departamento de Assistência Social, a cargo de José Lindenberg, foram contratados engraxates uniformizados para atender aos alunos da Universidade. De acordo com a matéria, esses engraxates eram em totalidade meninos do Parque Proletário da Gávea que estavam em busca de emprego¹⁸.

Somente nos anos 1960 é que a ameaça de remoção começou a se concretizar. Essa década foi marcada por intensas mudanças políticas, estruturais e sociais na cidade do Rio de Janeiro. A primeira grande mudança ocorreu no dia 21 de abril de 1960, que ficou marcado como o dia que o Rio de Janeiro deixou de ser a Capital Federal.

É criado então, o Estado da Guanabara que teria uma vida administrativa de 15 anos, Carlos Lacerda escreve uma nova página na relação entre poder e as favelas, marcado por remoções sumárias e pela criação dos conjuntos habitacionais periféricos, construídos pelo Estado e financiados pelos Estados Unidos¹⁹.

Um dos motivos dessa mudança, segundo a autora Marly Silva da Motta, seria que assim como Campos Sales, no início do século, Juscelino Kubitschek se sentiria vulnerável diante da agitada e ameaçadora Capital Federal, mesmo que no momento não houvesse um clamor popular ou ainda uma efervescência política contra JK. Para alguns, “Brasília seria uma libertação, para os governantes, das lutas sociais no Rio de Janeiro. A antiga ebulição sócio-político carioca perturbava a administração do Estado²⁰”.

Nesse mesmo período, o projeto do Parque Proletário da Gávea, diferentemente do que foi no início, encontrava-se quase abandonado pelo poder público. Sem qualquer intervenção estatal, como ocorrera durante os primeiros anos, o local estava em xeque ao iniciar um processo de favelização, o que fez com que fossem intensificadas as ameaças de remoção. Colocada essa situação de favelização e o descaso com os parques proletários em geral, quase nada lembrava o aspecto inicial do Parque da Gávea. O documento da Fundação Leão XIII abaixo é um indício desse suposto caráter de favela imposto ao Parque.

¹⁷ Id. Natal das pioneiras sociais para 60 mil crianças. Rio de Janeiro, 18 dez. de 1956. p. 11.

¹⁸ Id. Faculdade Católica de direito. Rio de Janeiro, 10 mai. de 1957. p. 10.

¹⁹ NUNES, Inês Leonor. **Favelas** - outra história da construção do espaço urbano carioca. 2008. 140f. Monografia (Graduação em Arquitetura), Universidade de Coimbra, Portugal, 2008. p.49.

²⁰ MOTTA, Marly Silva da. O Rio de Janeiro continua sendo? In: SEMINÁRIO “RIO DE JANEIRO: CAPITAL E CAPITALIDADE”. 2000, Rio de Janeiro. **Anais do SEMINÁRIO...** Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, p. 1.

FUNDAÇÃO LEÃO XIII Superintendência de Urbanização e Construção			
Eng ^o : <u>Euzébio Simões Torres</u>		N ^o : <u>43</u>	1 ^a VIA
Acad. S: <u>Francisco D'Elia</u>		Data: <u>11/10/62</u>	
O.S.	ORDEM DE SERVIÇO		Assessoria: <u>SUS</u>
<input checked="" type="checkbox"/> Providenciar <input type="checkbox"/> Consultar <input type="checkbox"/> Informar <input type="checkbox"/> Comunicar <input checked="" type="checkbox"/> Responder		<input checked="" type="checkbox"/> Levantamento <input checked="" type="checkbox"/> Questionário <input checked="" type="checkbox"/> Croquis <input type="checkbox"/> Desenho	
Observações:		N ^o de ordem da favela:	Executar
<u>Fav. Rio Rainha</u>		<u>129</u>	Data: <u>13/10/62</u>
<u>Gávea - Rua Marques de</u>			Dia da semana: <u>Sabado</u>
<u>S. Vicente, nos fundos do</u>			Hora:
<u>Parque Proletário</u>			Executado
Entrega da O.S. (Data)		Visto:	Data: <u>12/10/62</u>
Data: <u>12/10/62</u>	Rubrica: <u>[assinatura]</u>	Assessor	N ^o horas na favela: <u>2h30</u>
			Condições meteorológicas: <u>nublado</u>
			Arquivado:
			Em: <u>[assinatura]</u>
			Visto:

a) BICAS? QUANTAS? -

b) CAIXA D'AGUA INDIVIDUAL? -

c) CAIXA D'AGUA COLETIVA? -

d) NASCENTE OU DO D.A.A.? DAA

e) LATA D'AGUA? Sim

f) TODA A FAVELA É ATENDIDA? Deficientemente

g) A ÁGUA É DISTRIBUIDA POR PARTICULAR? Não
Pela administração do Parque Proletário ved.

8) - CONDIÇÕES DE ESGOTO:

a) VALAS? per valas naturais

b) MANILHAS? -

c) FOSSAS? 15%

d) HA COLETORES NOS LOREDOUROS PRÓXIMOS? Ha
NOME DA RUA Marquês de São Vicente

e) RÊDE MISTA? Separada

9) - CONDIÇÕES DE LUZ:

a) RÊDE PARTICULAR? QUANTAS? Vide observação

b) RÊDE PORTARIA? QUANTAS? -

c) LAMPIÃO? -

Documento da Superintendência de Urbanização e Construção da Fundação Leão XIII. 11/10/1962. Acervo Anthony Leeds/Fiocruz.

O documento é um questionário sobre as favelas e o que há nelas. Datado de 12/10/1962, refere-se à Favela Rio Rainha, a qual, conforme o questionário, se encontra aos fundos do Parque Proletário da Gávea. Podemos constatar que é um levantamento sobre as favelas do Rio de Janeiro em geral, pelo espaço que contém o número 129, que atribui o número de ordem a essa favela. Por ela situar-se ao fundo do Parque Proletário da Gávea, nota-se que há uma separação do Parque com a favela, o que distingue os dois locais. Não identifiquei no acervo uma ficha referente ao Parque Proletário da Gávea, no entanto podemos afirmar que - apesar da separação - o Parque situava-se contíguo a essa favela. Nesse mesmo documento consta que a luz da Favela Rio Rainha era

fornecida pela Administração Central do Parque Proletário da Gávea e que os moradores da favela pagavam uma taxa pelo consumo.

Embora o Parque já não fosse mais o mesmo do projeto original, ainda podia ser considerado acima do padrão médio das favelas do Rio de Janeiro²¹. Ele não deixou de ser atingido pelo espectro da remoção, que começou a assolá-lo com a criação da COHAB-GB e as construções da Vila Kennedy e da Vila Aliança durante o Governo Lacerda. Esse medo é reforçado com a criação desses conjuntos financiados pelo Governo Americano e, segundo o morador da Vila Kennedy, Marcelo Williams Andrade Costa, em depoimento para o documentário “Remoção”, esses investimentos eram parte de um fundo da USAID (*United States Agency for International Development*), que tinha como um dos objetivos o combate à ascensão do comunismo na América Latina, mas que era repassado como um fundo de ajuda ao desenvolvimento internacional.

3.3 - [Dis]soluções e remoções.

Durante a primeira metade da década de 1960, o projeto remocionista foi estruturado por Carlos Lacerda e sua equipe, assumindo uma ideia de que a remoção visava à salubridade dos locais, assim como a reinserção desses moradores no que eram consideradas melhores áreas da cidade do Rio de Janeiro. Exatamente como foi durante a criação do Parque Proletário da Gávea, esse discurso é utilizado novamente durante seu processo de desmonte. Outro importante aspecto das remoções era a ideia de combater o comunismo, com medo que esse adentrasse nas favelas, pois essas, por ser um local marginalizado já eram encaradas como subversivas, o que poderia ocasionar em uma força e uma base para a esquerda²², o que reforça a intenção da criação dos conjuntos habitacionais com financiamento do Governo Americano.

Esse período é caracterizado por certa confusão em relação ao destino dos favelados. No jornal Tribuna da Imprensa de 05-06/10/1963, uma matéria sobre a visita de Lacerda à Zona Sul afirma que o então governador “visitou [...] o Parque Proletário da Gávea, tendo determinado urgência na construção do Conjunto Residencial Marquês de São Vicente, na Gávea, que será composto de 214 apartamentos para favelados”²³. Ainda havia a intenção de que todos, ou parte, dos moradores do Parque da Gávea fossem alojados no Conjunto Residencial construído ao fundo do Parque, mesmo que o projeto desse conjunto, originalmente muito maior, estivesse então restrito ao prédio principal, o Minhocão.

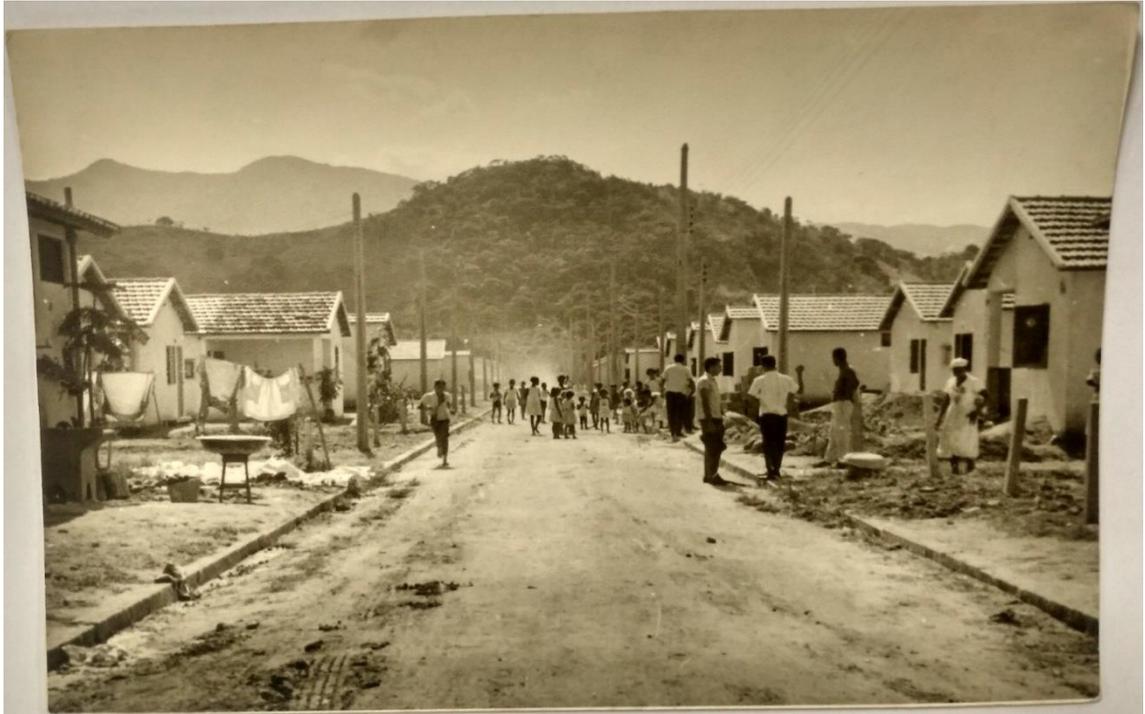
Apesar da determinação de Lacerda sobre Parque da Gávea, segundo Ney dos Santos, a primeira remoção dos parques proletários acontece durante os anos de 1963 e 1965. Nesse momento foram removidas 555 pessoas do Parque Proletário III, no Caju, para os conjuntos habitacionais da Vila Esperança, Vila Kennedy e Vila Aliança, na Zona Oeste da cidade²⁴.

²¹ OLIVEIRA, Ney dos Santos. **Parque Proletário da Gávea** - Uma Experiência de Habitação Popular. 1981. 120f. Tese (Mestrado em Engenharia) - Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia, UFRJ, Rio de Janeiro, 1981, p. 56.

²² HERINGER, Nathalia Pacheco. Consequências sociais das remoções de favelas no Rio de Janeiro durante a gestão de Negrão de Lima (1965-1971). In: XXIX SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – CONTRA OS PRECONCEITOS: HISTÓRIA E DEMOCRACIA, 29. 2017, Brasília. **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História...** Brasília, 2017, p. 1.

²³ TRIBUNA DA IMPRENSA. Dia de Lacerda foi de Visita. Rio de Janeiro, 5 e 6 de out. de 1963. p. 4.

²⁴ OLIVEIRA, Ney dos Santos. **Parque Proletário da Gávea** - Uma Experiência de Habitação Popular. 1981. 120f. Tese (Mestrado em Engenharia) - Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia, UFRJ, Rio de Janeiro, 1981, p. 56.



LE.DP.RV.28: Início do assentamento dos moradores na Vila Aliança, em Bangu. 1964. Fotógrafo desconhecido. Acervo Anthony Leeds/Fiocruz.



LE.DP.RV.30: Casas para população de baixa renda construídas na Vila Kennedy, em Bangu. 1966. Fotógrafo desconhecido. Acervo Anthony Leeds/Fiocruz.

Conforme as fotografias anteriores, de fato os moradores começaram a ocupar as casas desses conjuntos mais ou menos nesse período determinado pelo autor, porém não se poder afirmar com certeza se eram apenas moradores do Parque Proletário do Caju. As casas eram todas uniformes, com a mesma arquitetura e tamanho, diferente das favelas, onde cada morador construía sua casa com o material disponível. Essas casas iguais supunham uma tentativa de normatização, padronização e ordenação dos favelados, uma suposta adequação à vida considerada normal. Outro

ponto é que esses moradores iam rumo ao desconhecido, como desbravadores, em locais completamente vazios e isolados.

A partir de uma análise mais ampla, tendo como proposta operar através de uma descrição densa, segundo o conceito do antropólogo Clifford Geertz²⁵, é possível relacionar as matérias sobre remoção de modo que fique mais claro como esse processo funcionou.

Nesse mesmo período de remoções do Parque do Caju, o Parque da Gávea, mais precisamente no início de 1964, ainda recebia moradores removidos de outras favelas, como mostra o jornal *Correio da Manhã* de 18/01/1964, no qual “[o]s antigos moradores da Favela do Pasmado foram transferidos para Vila Kennedy, Vila Aliança, Parque Proletário do Leblon e Parque Proletário da Gávea”²⁶. Em contrapartida, ao mesmo tempo em que o Parque ainda recebia moradores de outras favelas, o local também já passava por especulações e ameaças acerca de uma possível remoção.

Sob o título “Dona Sandra persegue agora favela da Gávea”, a matéria do *Diário Carioca*, de 19/02/1964, deixa claro que o terror entre os moradores do Parque perante a ameaça de despejo cresce. Descrita como “Operação bota-fora II”, a matéria destaca que a então Secretária de Serviços Sociais do governo Carlos Lacerda, Sandra Cavalcanti, agia de forma “sorradeira” para expulsar os moradores – favelados – do Parque Proletário da Gávea, de forma a evitar que se instaurasse um clima de pânico e que por conta disso se levantassem campanhas contra o governador²⁷. A matéria traz uma foto, que infelizmente não permite reprodução, com o título “Há um corvo sobre a Gávea”: a foto acompanha a legenda “um corvo pousou sobre a paisagem da favela da Gávea. Os favelados olham, aflitos, o futuro”. O corvo, através de uma simbologia mística, é interpretado como sinal de mau presságio, como se ali ele estivesse anunciando os infortúnios e as incertezas do futuro do local. O “corvo” era referência direta ao então governador Carlos Lacerda, como então era chamado pejorativamente pelos seus oponentes, por ter estatura alta, postura curvada para frente, cabelos negros, nariz encurvado e por usar grandes óculos de aros grossos.

²⁵GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1989. p. 13-41.

²⁶CORREIO DA MANHÃ. Morro do Pasmado já não tem favela. Rio de Janeiro, 18 jan. de 1964. p. 3.

²⁷DIÁRIO CARIOCA. Dona Sandra persegue agora favela da Gávea. Rio de Janeiro, 19 de fev. de 1964. p. 12.



O governador Carlos Lacerda, “O Corvo”, por Lan. 04/04/1963. Acervo APESP Última Hora.

Ainda, segundo a mesma matéria do jornal, “dona Sandra procura acalmá-los [os moradores] explicando que se trata apenas de algumas permutas e que se houver expulsão, é exclusivamente por falta de pagamento dos aluguéis”. Esses movimentos chamados de “permutas” já vinham acontecendo e, segundo uma apuração do Diário Carioca, cem famílias, permutadas para a Vila Kennedy, já haviam sido expulsas por falta de pagamento dos aluguéis impostos²⁸. Nesse momento, o aluguel pago no Parque é simbólico, portanto, os moradores deslocados para locais longínquos dos trabalhos, em sua maioria, tendo agora o custo do deslocamento acrescido em seus gastos, não tinham condições financeiras para arcar com o aluguel imposto nesses conjuntos habitacionais. “O SSS (Secretariado de Serviço Social) indagou a moradores da Gávea se tinham a possibilidade de pagar os aluguéis em Bangu. Caso a resposta fosse positiva a permuta se consumava, indo estes substituir os faltosos”²⁹. É interessante ressaltar que nesse contexto a palavra utilizada é permuta e não menciona remoção.

Segundo Ney dos Santos, as primeiras remoções efetivas dos moradores do Parque da Gávea deram-se de fato através de um processo no qual seriam realocados os moradores que desejassem

²⁸ DIÁRIO CARIOCA. Dona Sandra persegue agora favela da Gávea. Rio de Janeiro, 19 de fev. de 1964. p. 12.

²⁹ Ibid.

sua transferência para determinados conjuntos. Essas pessoas deveriam ter a renda compatível com os parâmetros exigidos pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e caso tivessem, eram transferidas em seguida³⁰.

Em função de um possível fomento ou ainda, coerção, para a compra de imóveis, em 1964 é criado o SFH que incluía o BNH (Banco Nacional de Habitação), com vistas a financiar a política habitacional popular do Regime Militar³¹. O que fica claro é que independentemente da vontade do morador, caso sua renda fosse suficiente ele seria removido para outra localidade condizente com sua situação econômica. De modo a confirmar essa informação, um mês após a primeira matéria do Diário Carioca, o mesmo jornal publica, no dia 20/03/1964, uma matéria com o nome “Situação de favelado é incerta nas favelas de luxo de d. Sandra”. Essa matéria explora os métodos, considerados antiquados e agressivos, utilizados pela equipe de assistentes sociais de Sandra Cavalcanti, protegidos pela polícia do delegado Cecil Borer, diretor do DOPS no Estado da Guanabara³².

Em contraste, o jornal O Globo do dia 06/05/1964 estampa em sua terceira página uma matéria intitulada “D. Guiomar de Araújo a O GLOBO: ‘Sossego, Espaço e Conforto Foi o Que Consegui na Villa Kennedy’”, na qual D. Guiomar afirma que quando chovia no Parque Proletário da Gávea a situação caótica, pois as casas enchiam de água e as crianças para se protegerem ficavam em cima das camas. Outro problema seria a falta de espaço para as crianças brincarem, indo essas na maioria das vezes brincar próximas à rua. Com a mudança essa preocupação teria acabado: “aqui na Vila Kennedy não tenho mais esses problemas. Espaço para as crianças é o que não falta e também quanto a chuva não me preocupo mais”³³. Ilustra a matéria uma foto de D. Guiomar com seis de seus filhos - de um total de treze - com a legenda “Feliz em sua nova residência na Vila Kennedy, D. Guiomar de Araújo vê nascer um novo mundo para ela e seus filhos. Inundações, falta de água e perigo dos filhos na rua já não mais existem para preocupá-la”. A matéria ainda afirma que:

D. Guiomar está tão identificada com a nova vida que leva que nos declarou que nos quatro meses que mora na Vila Kennedy ainda não veio à cidade uma vez se quer [sic]. Suas compras são feitas em Bangu onde encontra tudo de que necessita³⁴.

É interessante destacar a confusão em torno do antigo local de moradia de D. Guiomar, citado três vezes na matéria. Duas vezes é citado o Parque Proletário do Leblon como antiga moradia e uma vez o Parque Proletário da Gávea, ficando incerto o local originário da moradora. Talvez a origem da moradora não importasse tanto para o editor da matéria, como seu destino final. Outro ponto é a declaração sobre a entrevistada não ir “à cidade”, caracterizando Bangu como uma parte fora da cidade, fora do mapa, como se a Zona Oeste, ou a parte mais extrema dela não pertencesse à população em geral. Essa remoção simbólica do mapa da cidade diz muito sobre a segregação aplicada na época e a necessidade de afirmação do não pertencimento à cidade dos moradores removidos das favelas.

Os jornais em questão traziam diferentes perspectivas em relação às remoções e contrapontos de acordo com sua posição perante o Governo Estadual vigente. É importante ressaltar que havia uma grande dicotomia na imprensa. O então governador Carlos Lacerda “[...] embora não fosse mais proprietário da Tribuna [da Imprensa], mantinha relações de amizade com Hélio Fernandes e

³⁰ OLIVEIRA, Ney dos Santos. **Parque Proletário da Gávea - Uma Experiência de Habitação Popular**. 1981. 120f. Tese (Mestrado em Engenharia) - Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia, UFRJ, Rio de Janeiro, 1981, p. 57.

³¹ NUNES, Inês Leonor. **Favelas - outra história da construção do espaço urbano carioca**. 2008. 140f. Monografia (Graduação em Arquitetura), Universidade de Coimbra, Portugal, 2008. p. 53.

³² DIÁRIO CARIOCA. Situação de favelado é incerta nas favelas de luxo de d. Sandra. Rio de Janeiro, 20 de mar. de 1964. p. 3.

³³ O GLOBO. D. Guiomar de Araújo a O GLOBO: “Sossego, espaço e conforto foi o que consegui na Villa Kennedy”. Rio de Janeiro, 6 mai. de 1964. p. 3.

³⁴ Ibid.

continuava a influir na linha política do jornal”³⁵. Em decorrência disso, nesse momento da primeira metade da década de 1960, após uma grande busca, nada foi encontrado relativo às remoções no jornal *Tribuna da Imprensa*.

Francisco Negrão de Lima (PTB-PSD) assume o Governo do Estado em dezembro de 1965. Esse momento é saudado pelos moradores das favelas como uma possível esperança contra o processo remocionista empregado pelo seu antecessor, Carlos Lacerda. Negrão foi eleito pela coalizão entre o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e o PSD (Partido Social Democrático). Esses dois partidos, considerados getulistas, faziam oposição ao Governo Militar, que já estava em curso na posse do então governador. Os anos de Negrão no governo foram marcados por uma dualidade, referente às favelas: movimentos de urbanização e também de remoção³⁶.

Pautado por grandes contradições, esse governo tinha como proposta a remoção das favelas, ao mesmo tempo em que, com a criação da CODESCO (Companhia de Desenvolvimento de Comunidades), desenvolvia a perspectiva de urbanizar algumas favelas:

Ao longo do tempo definiram-se duas propostas básicas de atuação: o desfavelamento ou a remoção, incluindo transferência de moradores para outras áreas, com o objetivo de se extinguirem as favelas do espaço urbano; e a urbanização, prevendo a permanência dos moradores na área, além de proverem-se melhorias na infraestrutura física³⁷.

Diante dessa dualidade, um dos primeiros movimentos de Negrão de Lima é um levantamento nas vilas Aliança, Esperança e Kennedy e ainda no Conjunto Habitacional Marques de São Vicente. De acordo com o *Jornal do Brasil* de 21/12/1965, a secretária de Serviços Sociais, Hortênsia Abranches, anunciou a realização de levantamento que estava sendo realizado no que se refere à ocupação das casas desses locais:

Estamos fazendo o levantamento para sabermos quem ocupou ilegalmente as casas nas vilas proletárias. No Conjunto Marques de São Vicente o levantamento inclui todos, pois ele foi construído para alojar os moradores do Parque Proletário da Gávea, que não foram atendidos, afirma a Secretária³⁸.

Ainda segundo a Secretária, esse levantamento foi motivado pela corrida nos últimos dias do Governo Lacerda, na qual houve invasões de várias casas na Vila Kennedy e Aliança. No caso do Minhocão, ele deveria ter sido destino final dos moradores do Parque Proletário da Gávea, exclusivamente, e foram ocupados por funcionários do Estado. Hortênsia Abranches afirmou que os moradores que não demonstrassem a documentação legal seriam despejados dos imóveis ocupados. Segundo ela, esse trabalho era idêntico ao feito nas favelas cariocas, visando à urbanização nas que fosse possível. Caso não coubesse a urbanização, seus moradores seriam removidos para os conjuntos já criados e que seriam ampliados nesse Governo³⁹.

Em 10 de janeiro de 1966, uma chuva noticiada como “O maior temporal de todos os tempos” fez 200 vítimas fatais e desalojou de 30 a 50 mil moradores, principalmente nas Zonas Sul e Norte da cidade⁴⁰. A favela da Praia do Pinto foi uma das localidades mais atingidas e, apesar da

³⁵ LEAL, Carlos Eduardo. *Tribuna da Imprensa*. In: VERBETE. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/tribuna-da-imprensa>>. Acesso em: 26 jul. de 2019.

³⁶ HERINGER, Nathalia Pacheco. Consequências sociais das remoções de favelas no Rio de Janeiro durante a gestão de Negrão de Lima (1965-1971). In: XXIX SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – CONTRA OS PRECONCEITOS: HISTÓRIA E DEMOCRACIA, 29. 2017, Brasília. *Anais do XXIX Simpósio Nacional de História...* Brasília, 2017, p. 2.

³⁷ ZYLBERBERG, Sonia. **Morro da Providência**: memórias da "favella". Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992. p. 34.

³⁸ JORNAL DO BRASIL. Levantamento nas casas vai saber quem ocupa ilegalmente suas vilas. Rio de Janeiro, 21 de dez. de 1965. p. 10.

³⁹ *Ibid.*

⁴⁰ O GLOBO. Dezenas de mortes no maior temporal de todos os tempos. Rio de Janeiro, 11 jan. de 1966 apud HERINGER, Nathalia Pacheco. Consequências sociais das remoções de favelas no Rio de Janeiro durante a gestão de Negrão de Lima (1965-1971). In: XXIX SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – CONTRA OS

naturalidade das chuvas, pode-se dizer que essa enchente decorreu de um grande problema socioespacial enfrentado na favela. O ex-morador do Parque Proletário do Leblon, Antônio Carlos Duarte, em entrevista, se recorda da enchente:

A minha casa encheu de água mais ou menos acima de um metro de altura. Fomos eu e meus irmãos pra uma escola, George Pfisterer, ficamos lá. Meu pai ficou em casa [...] com medo das pessoas roubarem as coisas. Me lembro de fogão boiando, bujão boiando. Eu era pequeno, a água batia mais ou menos no meu pescoço. [...] Aí nós fomos pra essa escola. Na época, apareceram as pessoas que tinham a situação financeira boa e cada um deles ia lá para levar as pessoas para a casa deles, pra poderem ficar até a situação melhorar⁴¹.

Apesar da situação calamitosa da cidade no ano de 1966, é perceptível que de fato era pautada a urbanização das favelas, quando cabível a essas. Mesmo com o regime antidemocrático vigente nesse período, as favelas, ao que parece, estavam sendo vistas de forma um pouco melhor do que no Governo anterior ou pelo menos parte do projeto para a área do Parque da Gávea pretendia ser retomado. De acordo com o Jornal do Brasil de 22/12/1966, e o Correio da Manhã e o Diário de Notícias de 23/12/1966, estava prevista a construção de 32 edifícios de 5 andares cada no lugar das construções provisórias do Parque Proletário da Gávea. Intitulada “Favelados da P. do Pinto terão 32 edifícios de 5 andares no Parque da Gávea”⁴², a matéria do Jornal do Brasil afirmava que os moradores da favela da Praia do Pinto seriam removidos para esses edifícios - que tinham capacidade para 7500 pessoas - que seriam construídos pela COHAB. De acordo com o Jornal, segundo o presidente da COHAB, “conservar os moradores das favelas na mesma área de seu mercado de trabalho será a nova diretriz habitacional”⁴³. Mauro Viegas adiantou também que, antes da mudança dos favelados da Praia do Pinto, seriam construídos o que ele considerava como centros de recuperação ou unidades de triagem, ao lado das construções, “para melhor adaptar os novos residentes, muitos dos quais não tem o hábito de morar em apartamentos”⁴⁴. De acordo com ele, esses centros seriam pequenas moradias destinadas provisoriamente às famílias removidas. Nesse ponto é interessante observar a semelhança com o projeto original dos parques proletários de abrigar moradores removidos de favelas em construções provisórias, para que esses fossem adaptados a morar em outros locais que não em construções insalubres.

O jornal Correio da Manhã, com a matéria “COHAB muda favelados para a Gávea”⁴⁵, informava que os moradores da Praia do Pinto apenas concordariam em se mudar para os conjuntos desde que suas novas residências tivessem abastecimento de água e dependências sanitárias. A matéria pontua ainda que, no Parque Proletário da Gávea, já se encontravam centenas de favelados que viviam em barracos tão miseráveis quanto os da Praia do Pinto, que as ruas não tinham calçamento e, quando chovia, criavam-se lamaçais intransitáveis. Desse modo, para os removidos da Praia do Pinto, se não fossem tomadas providências de modo a sanar essas deficiências, a mudança não beneficiaria a eles. Há também a afirmação que o novo plano da COHAB para 1967 contava com a conclusão da construção de 166 casas e 100 apartamentos na Cidade de Deus, bem como seu saneamento básico e pavimentação nas ruas⁴⁶.

O jornal Diário de Notícias, ao noticiar a construção dos edifícios, dá enfoque a outro tipo de situação. Segundo a matéria “Gávea aceita favelados, mas exige preferência”⁴⁷, os moradores do

PRECONCEITOS: HISTÓRIA E DEMOCRACIA, 29. 2017, Brasília. **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História...** Brasília, 2017, p. 4.

⁴¹ DUARTE, Antônio Carlos. Entrevista concedida a Eric Damião Duarte. Rio de Janeiro, Cidade de Deus, 5 dez. 2017.

⁴² JORNAL DO BRASIL. Favelados da P. do Pinto terão 32 edifícios de 5 andares no Parque da Gávea. Rio de Janeiro, 22 de dez. de 1966. p. 5.

⁴³ Ibid.

⁴⁴ Ibid.

⁴⁵ CORREIO DA MANHÃ. COHAB muda favelados para a Gávea. Rio de Janeiro, 23 de dez. de 1966. p. 3.

⁴⁶ Ibid.

⁴⁷ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Gávea aceita favelados, mas exige preferência. Rio de Janeiro, 23 dez. de 1966. p. 11.

Parque da Gávea aceitariam receber como vizinhos os moradores removidos da favela da Praia do Pinto desde que tivessem prioridade para ocupar os apartamentos construídos. De acordo com o Jornal, Pedro Gonçalves, administrador do Centro de Habitação Social do Parque Proletário, onde, em 1359 casas residiriam quase 10 pessoas por moradia, era um dos que defendiam a prioridade dos moradores atuais. Ele ainda defendia que algumas dessas casas já estavam condenadas pela administração do Parque por não oferecerem segurança, podendo tombar a qualquer momento⁴⁸.

Essas três notícias do final de 1966, apesar de informações diferentes, têm o mesmo enfoque que é a construção de novos edifícios na área do Parque da Gávea. Esse era um movimento muito diferente das ações tomadas no governo anterior que optava pela remoção em primeiro lugar. Ao que parece, a ideia de construir 32 edifícios de 5 andares, criar zonas de triagem, que consideravam em certa medida civilizar os moradores e transferir moradores da Praia do Pinto para o Parque Proletário da Gávea, não passou de um projeto pretencioso.

Em 1967, meses após as notícias de criação de edifícios no Parque da Gávea, inicia-se uma grande discussão sobre a passagem da Rodovia Rio-Santos (no trecho da atual autoestrada Lagoa-Barra) por dentro do *campus* Gávea da PUC-Rio. De acordo com o Jornal do Brasil de 20/05/1967, o Secretário de Obras, Paulo Soares, deplorou o protesto da PUC-Rio em relação à passagem da rodovia. O Secretário manifestou insatisfação durante uma entrevista ao Jornal-Escola, da própria Universidade, quando foi informado também que alunos e professores estariam unidos para não permitir que a rodovia passasse “nem por cima e nem por baixo da PUC”⁴⁹.

De acordo com o Jornal do Brasil, o Secretário esclareceu que, naquele momento, não havia projeto que definiria o traçado da Rio-Santos próximo à Universidade, “pois o elemento básico para a definição será o Túnel Dois Irmãos” e sua construção definiria de que maneira os acessos seriam feitos. Ele afirmava que era desejo do Reitor Pe. Laércio S.J. expandir a Universidade para a área do Parque Proletário da Gávea, e, portanto, a abertura da Rodovia e a retirada do Parque atenderiam às vontades da PUC-Rio e da COHAB⁵⁰. Desse modo, percebe-se que, mesmo diante de uma possível melhora no Parque, a área do local já começava a ser especulada como possível moeda de troca pela PUC-Rio. A ideia de abertura da Rio-Santos já era parte da especulação imobiliária e da expansão da cidade para a Zona Oeste.

A matéria do Jornal do Brasil de 20/12/1967, com o título “Plano para acabar com favelas da Zona Norte sai em 90 dias”⁵¹, trabalha duas questões sobre a retirada desses moradores para o que chamam de Centro Comunitário Sul. A primeira envolve objeções, nas quais moradores de algumas favelas resistiram ao plano das remoções exigindo saber a possibilidade de urbanização das favelas ao invés da erradicação. A segunda envolve os custos das novas moradias. Em relação aos custos e a questão do pagamento, a matéria assinala que os moradores poderiam alugar as casas caso não tivessem dinheiro para comprá-las. Outra proposta foi que, caso moradores do Parque Proletário da Gávea tivessem condições de comprar essas moradias no Centro Comunitário, haveria a possibilidade dos moradores das favelas da Zona Norte se mudarem para o Parque da Gávea.

O Departamento de Geografia da PUC-Rio, por meio de um documento datado de 27/12/1967, cujo título é “Auxílio e Sugestões do Departamento de Geografia”, sugeria a urbanização do Parque Proletário da Gávea⁵². O documento é dividido em três tópicos com vários subtópicos cada, começando pela proposta de uma pesquisa de mercado para serem aplicados questionários e entrevistas aos moradores do Parque por alunos dos cursos de Geografia e Sociologia da PUC-Rio. O modelo de questionário era parecido com o do serviço censitário, sendo

⁴⁸ Ibid.

⁴⁹ JORNAL DO BRASIL. Rio-Santos passa pela PUC, diz Secretário, mas alunos e professores dizem que não. Rio de Janeiro, 20 mai. de 1967. p. 16.

⁵⁰ Ibid.

⁵¹ JORNAL DO BRASIL. Plano para acabar com favelas da Zona Norte sai em 90 dias. Rio de Janeiro, 20 dez. de 1967. p. 5.

⁵² SERRA, Carlos Alberto Teixeira. **Auxílio e sugestões do Departamento de Geografia: Urbanização do Parque Proletário da Gávea.** Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1967. p. 1-2.

o primeiro tópico com perguntas sobre nome, profissão, salário, número de dependentes, entre outros campos. O segundo tópico era sobre a arborização do Parque, levando em consideração em todos os subtópicos os benefícios que as árvores trariam para o lugar. O terceiro tópico era sobre a elaboração de uma planta atual do Parque e de sua situação futura.

O Parque nesse momento passava por um impasse no qual o Governo, ao mesmo tempo em que aponta a possibilidade de reurbanizar o local e enviar moradores removidos de outras favelas, negocia uma possível expansão da PUC-Rio, e a Universidade, ao mesmo tempo em que pensa na expansão do campus para a área do Parque, tem professores e alunos preocupados com a permanência do local. A PUC-Rio, sendo vizinha do Parque da Gávea durante muitos anos, teve diversos momentos de aproximação com o Parque, além de funcionários que nele habitavam. No entanto, segundo o *Jornal Escola*, produzido pelos alunos de Jornalismo da Universidade, de março de 1968, alguns desses laços mais concretos já haviam sido cortados. Segundo a matéria afirma já havia funcionado uma escola para as crianças do Parque a cargo das alunas do curso de Pedagogia da Universidade. Por outro lado, a matéria registra que a ESSUC (Escola de Serviços Sociais da Universidade Católica) desde 1964 atendia famílias da Paróquia de Santa Margarida da Lagoa mas não atuava no Parque da Gávea, por este não fazer parte desta paróquia: o Parque era assistido pelo Departamento de Recuperação de Favelas da Secretaria de Serviços Sociais do Estado⁵³. Apesar de algumas políticas assistencialistas da Universidade, o Parque era responsabilidade do Estado.

No ano de 1968 o Parque Proletário da Gávea já mostra uma arquitetura diferente do projeto inicial de 1942, e um aspecto muito forte de favelização, como mostram as fotos abaixo. Destaca-se o fato de que foi a partir desse ano que o projeto remocionista ganhou força, com a criação pelo Estado da CHISAM (Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana)⁵⁴.



Casas de Emergência construídas provavelmente no Parque Proletário da Gávea. c.1968. Fotografia Elizabeth Leeds. Acervo Anthony Leeds/Fiocruz.

⁵³ ATTIÊ, Jamile. Assistência Social da PUC ajuda famílias necessitadas. *Jornal Escola*, Rio de Janeiro, PUC-Rio, 17 mar. de 1968. p. 5.

⁵⁴ BRUM, Mario Sergio. Ordenando o espaço urbano no Rio de Janeiro: o programa de remoção da CHISAM e as 'utilidades' para os favelados (1968-1973). In: Encontro Regional de História da ANPUH-Rio: Memória e patrimônio, 16. 2010, Rio de Janeiro. *Anais do XVI Encontro Regional de História da ANPUH Rio*. Rio de Janeiro: ANPUH-RJ, 2010. p. 1-11.



Moradores entre os corredores das casas de emergência construídas provavelmente no Parque Proletário da Gávea. c.1968. Fotografia Elizabeth Leeds. Acervo Anthony Leeds/Fiocruz.

As fotografias acima, de acordo com a autoria e data por Elizabeth Leeds (Liz, 1968), compreendem o mesmo período no Parque da Gávea, apesar das diferenças entre elas, como se fossem dois locais diferentes. Um ponto a ressaltar nas fotos é a diferença no material das casas. Na primeira foto parecem galpões de madeira, sem janelas ou muros de proteção, apenas com uma cerca e plantas, que não são da construção original. Na segunda, podemos ver que as casas, ao menos em sua maioria, são de alvenaria, com muros erguidos de tijolos e cimento.

Outro detalhe das fotos são as roupas penduradas em muros ou varais, característica bem forte das favelas do Rio de Janeiro. Como podemos reparar, a fotógrafa registra em ambas uma perspectiva do corredor, entre blocos ou casas, de forma que seja perceptível o início e fim desse corredor. No fim do corredor da primeira foto só há um indivíduo ao fundo. Já a segunda registra o corredor com pessoas conversando, uma quantidade considerável de crianças e é notável, bem ao centro da foto, de costas, uma senhora que parece melhor vestida que os moradores do local. Infelizmente pela falta de informações não se pode afirmar que são fotos do mesmo local.

Em 14/02/1969, o Diário de Notícias publica, dividindo a página 9 com a matéria “Fluminenses Desejam o AI-[Ato Institucional] Para Unir Estados”, uma matéria intitulada “Meta de Habitação Não Foi Esquecida”⁵⁵. A matéria destaca a inauguração, no dia anterior à data, de 16 novos blocos na Cidade de Deus, em Jacarepaguá, com 640 apartamentos. O intuito do governador Negrão de Lima era mostrar que a solução habitacional, uma das metas do seu governo, não havia sido esquecida. Estavam presentes para a inauguração, além do Governador, várias famílias transferidas da ilha das Dragas, na Lagoa Rodrigo de Freitas, parte do complexo da Praia do Pinto, e do “Parque Proletário”, que começaram a fazer suas mudanças no mesmo dia.

⁵⁵ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Meta de Habitação Não Foi Esquecida. Rio de Janeiro, 14 fev. de 1969. p. 9.

Negrão pontuou na reportagem que a COHAB sozinha não teria realizado aquela obra e ela devia-se à cooperação do Governo Federal, o qual sob orientação do Presidente da República, resolveu criar a CHISAN, fornecendo recursos para a construção desses conjuntos na cidade⁵⁶. A matéria, ao mencionar o “Parque Proletário”, não deixa claro sua localidade, se é na Gávea ou Leblon. É importante notar que o processo de remoção nesse momento, com a utilização da CHISAN, conta com apoio do Governo Militar. O contexto em que Negrão atuou como governador proporcionou o desmonte do desenvolvimento democrático nas camadas mais populares⁵⁷.

O jornal *Correio da Manhã*, de 04/03/1969, trouxe um pequeno verbete no qual declara que o presidente da COHAB teria entregue ao Governador a maquete do Conjunto Residencial que seria construído na Rua Marque de São Vicente, 147, no Parque Proletário da Gávea. A construção levaria cerca de 15 meses para ficar pronta e seria inaugurada antes do fim de 1970⁵⁸. A escolha do local visaria proporcionar aos futuros moradores do conjunto melhores condições de habitação, de modo que o conjunto seria localizado perto do trabalho, de escolas e hospitais. No dia 08/03/1969, o jornal *Diário de Notícias* noticia também sobre a construção do conjunto, em uma matéria com o título “Visão do futuro conjunto”. A matéria é curta, com uma fotografia que infelizmente não está em condições de ser reproduzida e uma legenda que diz:

É assim que ficará o Conjunto Residencial Marques de São Vicente, na Gávea: 20 blocos de 12 pavimentos, num total de 1.920 apartamentos de sala e dois quartos [...] e de sala e um quarto. Para o conjunto, um dos mais modernos da América Latina e a ser construído pela COHAB voltarão, em 1970, os moradores do Parque Proletário da Gávea que hoje estão sendo removidos para a Cidade de Deus.⁵⁹

Apesar da foto estar quase indistinguível, nota-se que os blocos de apartamento ficariam na área ocupada pelo Parque Proletário da Gávea. É importante salientar que, apesar de ser considerado parte do Conjunto Residencial Marques de São Vicente, os moradores não voltariam para morar no Minhocão e sim nesses blocos que seriam construídos pela COHAB. Já com uma matéria mais detalhada, o jornal *Tribuna da Imprensa* de 08-09/03/1969, informa a construção de casas populares também na Zona Sul, “a preços de apartamentos de Cordovil, com elevador e em blocos de doze pavimentos, a CHISAM promoverá em maio o início da construção dos conjuntos [...]”⁶⁰. A matéria destaca ainda que a maquete do projeto já foi entregue à Coordenação de Habitação de Interesse Social do Grande Rio pelo presidente da COHAB, à qual caberá a execução da obra. Ainda segundo o jornal, as famílias residentes no Parque Proletário da Gávea, no qual seria construído o conjunto, seriam transferidas para a Cidade de Deus.

Esse projeto, que nunca saiu do papel, pode ter sido um método para apressar a saída dos moradores do Parque da Gávea. O jornal em nenhum momento menciona o termo remoção na notícia e descreve os moradores como “transferidos”. Essa promessa de voltar à Gávea pode ter acalmado os ânimos acerca da remoção, levando os moradores à passividade por não fazer uso da força para a saída de suas moradias.

Em contrapartida, o *Diário de Notícias* de 29/03/1969, publica uma matéria intitulada “Favelados recebem cidade de Negrão”. Ela traz a notícia sobre a inauguração do Conjunto Residencial Cidade Alta, em Cordovil, contanto com 64 blocos de 2.597 apartamentos, dos quais os vinte primeiros seriam entregues na data da matéria, recebendo moradores do Parque Proletário da Gávea e da Praia do Pinto. Segundo o jornal, o conjunto localizado entre Cordovil e Parada de Lucas, tinha realmente a dimensão e as características de uma cidade, fazendo jus ao título da

⁵⁶ Ibid.

⁵⁷ HERINGER, Nathalia Pacheco. Consequências sociais das remoções de favelas no Rio de Janeiro durante a gestão de Negrão de Lima (1965-1971). In: XXIX SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – CONTRA OS PRECONCEITOS: HISTÓRIA E DEMOCRACIA, 29. 2017, Brasília. **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História...** Brasília, 2017, p. 8.

⁵⁸ CORREIO DA MANHÃ. COHAB. Rio de Janeiro, 4 de mar. de 1969. p. 2.

⁵⁹ Ibid.

⁶⁰ TRIBUNA DA IMPRENSA. Casa popular sai também na Zona Sul. Rio de Janeiro, 8 e 9 mar. de 1969. p. 2.

matéria. O local receberia no total 10 mil pessoas e, a partir do dia 30/03/1969, chegariam diariamente 60 famílias removidas da Praia do Pinto e do Parque da Gávea⁶¹.

O processo das remoções é lento e gradual, ele não ocorre de uma só vez, o que aflige os moradores dos locais erradicados. Nesse momento, o Parque Proletário da Gávea já sofre, além da sua remoção física, uma remoção simbólica, ficando a mercê de decisões de terceiros, perdendo sua identidade. No momento em questão, já não se fala mais sobre uma possível volta dos antigos moradores para o Conjuntos Habitacional Marques de São Vicente.

No dia 16/11/1969, o jornal Diário de Notícias publica uma matéria com o título “Planetário na Gávea dá Limitações à PUC”⁶². O Planetário da Gávea, que antes seria construído às margens da Lagoa Rodrigo de Freitas, seria agora instalado em parte da área ocupada pelo Parque da Gávea. O foco da matéria é o malefício que o Planetário causaria à expansão do campus da PUC-Rio:

Tal decisão, se levada a cabo, iria afetar consideravelmente os planos que vinham sendo concebidos, com grande esperança, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, pois o terreno em que seria localizado o Planetário e outras iniciativas representa, atualmente, a única “chance” que a PUC pode ter para a solução de grandes problemas de sua constituição e desenvolvimento⁶³.

Ao mesmo tempo em que essa questão sobre a localização do Planetário era discutida, ocorriam ainda as negociações acerca da passagem da autoestrada Lagoa-Barra. Desse modo a PUC-Rio, assim como o Parque Proletário da Gávea, ficavam dependentes de decisões alheias, porém com diferença nas capacidades de influência e pressão. Segundo a matéria do Diário de Notícias, a PUC-Rio jamais ignorou a existência de uma enorme área ao seu lado, ocupada pelo Parque da Gávea. Apesar dessa área oferecer uma ótima oportunidade para a expansão do *campus* da Universidade, a direção da PUC-Rio teria considerado que a área era destinada à residência de famílias pobres, de forma a não contribuir com o agravamento de um problema social. No entanto, com a notícia de que constava nos planos do Governo uma remoção rápida das favelas da Zona Sul, a Universidade iniciou contatos para obter a área que seria desocupada com a remoção do Parque⁶⁴.

Em matéria de página inteira do dia 20/11/1969, o Correio da Manhã afirma que o drama das favelas não tem fim, fazendo uma análise geral de algumas favelas da cidade. Destaca-se uma pequena submatéria intitulada “No Parque, aflição”⁶⁵, na qual é levantada a situação dramática do Parque da Gávea, cuja a área está sendo disputada pelo Governo, para construção do Planetário, e pela PUC-Rio para a ampliação do campus. Os moradores do Parque, embora assegurassem não resistir à remoção, demonstravam grande angústia frente a possibilidade de mudança. Moradores afirmavam estavam ali há mais de 20 anos, tendo trabalhos no próprio bairro, em casas, comércios, laboratórios, no Jôquei Clube e até mesmo na PUC-Rio. A transferência para Cidade de Deus e Cordovil só serviria para complicar suas vidas. Segundo a Secretara de Serviço Social, os trabalhos de remoção do Parque estariam ainda na fase de levantamento socioeconômico. Ainda segundo o SSS, não havia fundamento nas notícias de jornal e da televisão quanto a remoção imediata do Parque. De acordo com um relato de uma moradora não identificada “ninguém quer sair daqui, nem agora e nem mais tarde [...]. Aí então é um inferno. Dizem também que Cordovil é bom, mas manda eles irem lá pra ver como tem pistoleiro”⁶⁶.

Fica evidente na matéria a insatisfação dos moradores em relação à remoção e, mais uma vez, fica nítido como o Governo e a PUC-Rio disputavam o terreno, como se não houvesse moradores naquele momento. A remoção do Parque da Gávea talvez não tivesse tanta repercussão se sua localização fosse em outra parte da cidade. Enquanto Carlos Lacerda removeu muitas favelas no

⁶¹ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Favelados recebem cidade de Negrão. Rio de Janeiro, 29 mar. de 1969. p. 2.

⁶² Id. Planetário na Gávea dá Limitações à PUC. Rio de Janeiro, 16 nov. de 1969. p. 6.

⁶³ Ibid.

⁶⁴ Ibid.

⁶⁵ CORREIO DA MANHÃ. No Parque, aflição. Rio de Janeiro, 20 nov. de 1969. p. 4.

⁶⁶ Ibid.

entorno do centro da cidade, Negrão de Lima focou na Zona Sul, o que enfatiza um caráter higienizador e capitalista da CHISAN.

Enquanto candidato e nos primeiros anos de governo, Negrão de Lima manteve posicionamento contrário às remoções, no entanto, fatores ligados ao projeto político vigente no país impulsionaram seu governo a ser conhecido como o que mais removeu favelas na história da cidade, até o governo de Eduardo Paes. Essa gestão pode ser considerada completamente ambígua, visto que inicialmente defende-se a urbanização das favelas, com a criação da CODESCO em 1968, ao mesmo tempo em que, no mesmo ano, com a criação da CHISAN contribui com a continuidade das remoções e políticas de desfavelização iniciadas por Lacerda⁶⁷.

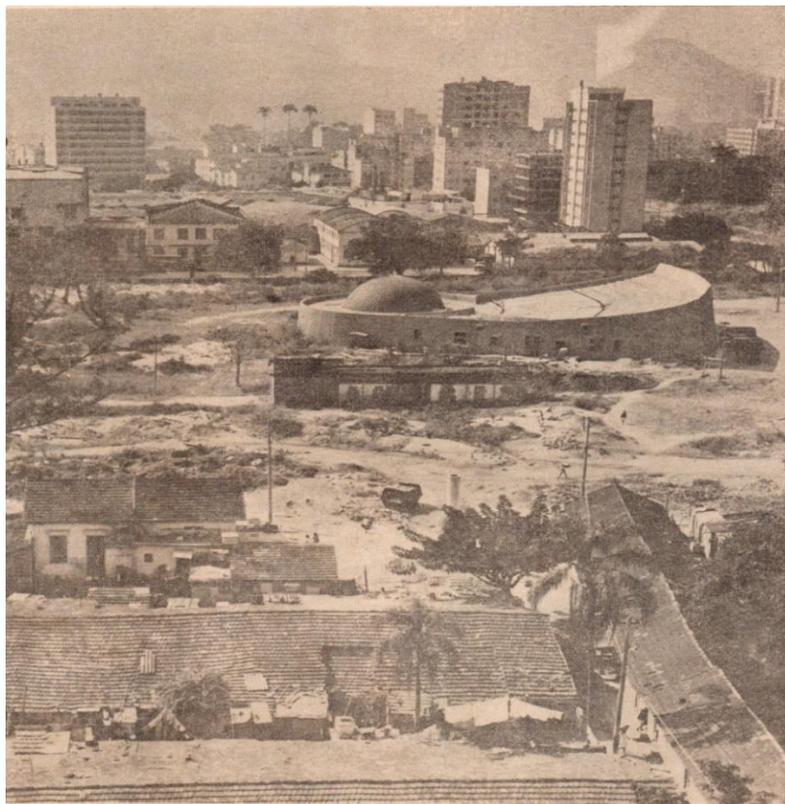
Com matéria de página inteira e algumas fotos da remoção, o Correio da Manhã do dia 03/06/1970 publica matéria sobre o fim da favela e o começo da vida na Penha. A matéria em si não traz informações acerca da remoção do Parque Proletário da Gávea e dá enfoque na suposta felicidade que os moradores removidos teriam, de acordo com declarações dos mesmos. Ainda, de forma paradoxal, explora a felicidade dos moradores através de pequenos trechos de entrevista ao mesmo tempo em que assinala que esses moradores teriam dificuldades por estarem agora longe dos locais de trabalho e pela dificuldade para matricular os filhos em novas escolas⁶⁸. Nesse mesmo período, em 23/09/1970, o Correio da Manhã publica que a autoestrada Lagoa-Barra estaria pronta já no início de 1971, segundo anúncio do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado da Guanabara. Apesar das remoções estarem em andamento, não foi possível aprofundar notícias sobre o ano de 1970.

Em 1972, já com o Planetário construído, o Jornal-Escola da PUC-Rio de maio de 1972 publica uma em sua primeira página uma pequena matéria intitulada “Esporte chega na PUC com passagem do túnel”⁶⁹. A matéria enfatiza que a PUC-Rio vai receber a área do Parque Proletário da Gávea, que tem uma medida de 25 mil metros quadrados, para construir o seu Parque de Esportes e que esse seria o resultado de negociações durante cinco anos com o Governo do Estado. Em troca, a Universidade deixaria construir em seu terreno, uma passagem subterrânea de 400 metros de extensão, que serviria de acesso ao Túnel Dois Irmãos. Nesse momento a Universidade, com a construção de seu Parque de Esportes, parece se preocupar somente com sua expansão, ignorando os moradores ainda existentes no Parque. A matéria de capa conta ainda com a seguinte foto:

⁶⁷ HERINGER, Nathalia Pacheco. Consequências sociais das remoções de favelas no Rio de Janeiro durante a gestão de Negrão de Lima (1965-1971). In: XXIX SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – CONTRA OS PRECONCEITOS: HISTÓRIA E DEMOCRACIA, 29. 2017, Brasília. **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História...** Brasília, 2017, p. 2.

⁶⁸ CORREIO DA MANHÃ. Favela acabou: hoje a vida começa na Penha. Rio de Janeiro 3 jun. de 1970. p. 6.

⁶⁹ JORNAL ESCOLA. Esporte chega na PUC com passagem do túnel. Rio de Janeiro, PUC-Rio, nº3, maio de 1972. Primeira página.



A primeira página da edição nº3 do Jornal Escola traz as últimas moradias do Parque Proletário da Gávea. 05/1972. Fotógrafo desconhecido. Acervo Núcleo de Memória da PUC-Rio.

A foto mostra um amplo espaço entre a PUC e o Planetário, com uma área já bastante descampada e a legenda “Eis aí a vasta área, até o planetário, que a PUC obterá em troca do túnel, e onde vai construir o que faltava: campos esportivos”. Na fotografia é possível perceber a existência de algumas casas no local e até mesmo próximo do Planetário. No entanto, é perceptível também como o terreno se encontra acidentado, com alguns possíveis restos de antigas casas.

De acordo com a matéria, foi pelo fato do então governador Chagas Freitas considerar que a PUC-Rio merecia atenção especial como centro cultural e educativo, que ele atendeu às condições da Universidade e cedeu a área pertencente ao Parque da Gávea. Era então prevista a construção de uma praça de esportes com campo de futebol, piscina olímpica, quadras de vôlei e outros equipamentos que seriam para uso dos alunos⁷⁰.

O Jornal Escola de dezembro de 1972, com uma matéria intitulada “O velho desafio”, tenta trazer uma abordagem sobre o problema das favelas. Em tom irônico, a matéria dá ênfase à tentativa de erradicar as favelas criando-se novas favelas. É pontuado ainda que o Parque Proletário da Gávea em 1942, em um Governo nada favorável aos ideais humanitários e democráticos, foi construído na Rua Marques de São Vicente, que não passava de um arrabalde. O Parque teria ficado escondido até a chegada do “progresso”, quando teria sido erguida ao lado da “imunda favela” a PUC-Rio. Ainda segundo a matéria, o Parque Proletário da Gávea ficou à mercê do tempo, que o reduziu aos termos das demais favelas da cidade, ficando à beira da rua, margeada pela ascensão do progresso, do conforto, das indústrias e da considerada civilização. Após uma análise dura e crítica sobre a remoção, a construção do Planetário, do Túnel e do Campus Esportivo da Universidade, a matéria se encaminha para o fim com indagações sobre o que será feito dos moradores que ainda residem no Parque, para onde eles iriam e quem lhes dariam um novo destino. De forma quase fúnebre a matéria encerra com o seguinte trecho: “todos os dias, na movimentada área dos pilotis, são

⁷⁰ JORNAL ESCOLA. Novos horizontes se abrem à PUC – campos de esportes. Rio de Janeiro, PUC-Rio, nº 3, mai. de 1972. p. 5.

indisfarçáveis os olhares interrogativos para aquela visão da miséria. Que seria feito, meu Deus, daquela gente?”⁷¹.

Nesse período é possível apontar a dualidade no discurso dos editores do jornal: enquanto um ignora completamente o futuro dos moradores do Parque Proletário da Gávea, o outro demonstra preocupação com a vida os pobres moradores.

Em 1974, quando as remoções estavam na sua reta final, o jornal *Tribuna da Imprensa* publica uma matéria intitulada “COHAB continua removendo os proletários da Gávea”⁷², na qual são destacados os trabalhos exercidos pela Companhia no processo de remoção do Parque. Nesse momento, de acordo com o jornal, o número de famílias a serem removidas é de quase 860, embora o Estado tivesse estimado em torno de 650. Essas famílias seriam removidas até fevereiro de 1974, embora menos de 10% delas tivessem condições de arcar com os custos das prestações das novas moradias. O jornal analisa de forma muito superficial a localidade para onde as famílias seriam removidas e encerra a matéria com as especulações sobre a remoção final do Parque, sendo que o destino dos terrenos era incerto, talvez usados em negociações com a PUC-Rio com a construção da autoestrada Lagoa-Barra⁷³.

O jornal *Diário de Notícias*, de 25/01/1974, analisa a situação da remoção do Parque da Gávea como desorganizada. Segundo a matéria, os moradores do Parque começaram a ser removidos para Padre Miguel e Paciência. Em meio à desorganização, muita gente ficou no Parque, enquanto seus móveis eram levados pelos caminhões da SUTEG (Superintendência de Transporte do Antigo Estado da Guanabara), por não haver conduções suficientes para o transporte pessoal. De acordo com moradores, “algumas pessoas conseguiram ir para Padre Miguel embora nem sequer morassem aqui”⁷⁴. Apesar de toda a desorganização durante o dia, no meio da confusão as crianças fizeram a festa, tomando banho nas bicas públicas do Parque e fazendo uma grande bagunça no interior do ônibus estacionado. À noite foi a vez dos adultos fazerem a festa. A matéria aponta que, segundo o sargento da PM (Polícia Militar) responsável pelo Posto Policial, a noite foi bem calma, apesar das comemorações dos moradores, que beberam, sambaram e cantaram muito, “mas tudo na maior ordem, porque o pessoal daqui é joia”, finalizou o militar.

Nesse período, aos moradores só restava aproveitar o tempo que ainda tinham no Parque. As remoções já estavam por terminar e quase não havia casas para remover no local, que seria completamente extinto nesse mesmo ano. A partir dessa análise dos jornais, fica perceptível como a CHISAM e a COHAB, junto com o BNH, foram fundamentais para o aceleração da remoção através da construção dos conjuntos habitacionais. Desse modo, podemos constatar que houve muitos beneficiados com a remoção do Parque Proletário da Gávea, sendo a minoria, ou ainda nenhum deles, residentes do local.

3.4 - Silenciamento e ressentimento

A ideia de ressentimento surgiu a partir da tentativa de realizar entrevistas com ex-moradores do Parque Proletário da Gávea, que atualmente moram na Cidade de Deus. Esses moradores, apesar de falarem com alegria sobre o local em que moraram na infância e adolescência, relembando com carinho das suas vidas no Parque, se recusaram a falar sobre as remoções ocorridas entre meados da década de 1960 e o início da década de 1970. Os relatos são carregados de mágoa em relação à mudança forçada e mesmo que o episódio tenha mais de 50 anos ainda há um ressentimento sobre aquele momento.

⁷¹ Id. O velho desafio. Rio de Janeiro, PUC-Rio, dez. de 1972.

⁷² TRIBUNA DA IMPRENSA. COHAB continua removendo os proletários da Gávea. Rio de Janeiro, 28 jan. de 1974. p. 2.

⁷³ Ibid.

⁷⁴ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Remoção do Parque da Gávea começa com desorganização. Rio de Janeiro, 1974. p. 7.

É complexa a tentativa de fazer uma caracterização do termo ressentimento. No entanto, mais importante que caracteriza-lo é entender como esse sentimento funciona. O ressentido fica aprisionado na dor e no silêncio, de modo que não permita que ele retome situações traumáticas. Pode causar uma tentativa de apagamento ou esquecimento de uma lembrança marcada pelo trauma.

Em “O Rastro e a Cicatriz: Metáforas da Memória”, a filósofa Jeanne Marie Gagnebin faz uma análise de uma passagem do livro “A Odisséia”, na qual a velha ama de Ulisses o reconhece ao tocar sua cicatriz quando ele volta para seu palácio.

A velha, que tomara na palma da mão a perna de Ulisses, ao apalpá-la, reconheceu a cicatriz; largou o pé, que caiu dentro da bacia, o bronze ecoou, o vaso oscilou e a água derramou-se pelo solo. Então, seu coração, a um tempo, foi tomado de tristeza e de alegria, os olhos se lhe encheram de lágrimas, a voz se lhe tolheu na garganta. E tocando no queixo de Ulisses, disse: 'sem dúvida, tu és Ulisses, meu filho querido! E eu não te reconhecia! Foi preciso primeiro ter tocado no corpo do meu amo!'⁷⁵

A autora afirma que não devem ter passado dez segundos entre o primeiro toque de Euricléia e seu grito de susto e de alegria, no entanto, pontua que Homero descreve um longo episódio entre o primeiro toque da velha ama e sua exclamação de felicidade. Assim como no trecho em que a velha ama reconhece Ulisses quando toca sua cicatriz e acessa a memória de quando ele era criança, os ex-moradores do Parque Proletário da Gávea, ao serem perguntados sobre a remoção, talvez lembrem e, ao mesmo tempo, bloqueiam suas memórias sobre esse episódio longo e traumático quanto o do capítulo descrito por Homero. Dessa forma, podemos encarar essa remoção como uma cicatriz, que mesmo após 50 anos, ainda não se fechou.

Por mais que esse ressentimento sobre a remoção tenha se tornado uma cicatriz, de forma subjetiva, através da análise da autora, “o trauma é ferida aberta na alma, ou no corpo, por acontecimentos violentos, recalcados ou não, mas que não conseguem ser elaborados simbolicamente, em particular sob a forma de palavra, pelo sujeito”⁷⁶. Desse modo, podemos considerar essa passagem como um silenciamento do indivíduo, afetado pelo trauma do episódio, como uma ferida aberta na alma, recalcando o sentimento e fazendo com que ele se torne mais intenso do que possa ser enfrentado. Nesse caso, essa ferida seria provocada pelo trauma da remoção do Parque Proletário da Gávea e pela forma violenta como ela se deu.

Esse silêncio, revelador de certa eloquência, começa nos jornais, a partir da remoção do Parque Proletário da Gávea das notícias gerais, enquadrando o local nas colunas policiais e afins. Ao longo dos anos, conforme o espaço do Parque foi se resignificando e perdendo sua característica inicial, ele deixa de ser o Parque modelo e passa por um processo de apagamento, até sua completa remoção e esquecimento por muitos.

3.5 - Conclusão

O Parque Proletário da Gávea, caracterizado inicialmente como provisório, teve uma vida de 32 anos, tendo durante esse tempo uma infinidade de possíveis fins e readaptações locais. Dos cortiços para as favelas, dessas para os parques proletários e dos parques para os conjuntos habitacionais, isolados do resto da cidade, nada foi feito a não ser mudar o problema de lugar, para longe da classe que ascendia e dos locais que sofreram uma grande especulação imobiliária, não enfrentando as verdadeiras causas para solucionar o problema e não só no seu escamoteamento e afastamento⁷⁷.

⁷⁵ HOMERO, *Odisséia*. São Paulo: Abril, 1978 apud GAGNEBIN, Jeanne Marie. O rastro e a cicatriz: metáforas da memória. In: **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2006. p. 107.

⁷⁶ GAGNEBIN, Jeanne Marie. O rastro e a cicatriz: metáforas da memória. In: **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2006. p. 110.

⁷⁷ NUNES, Inês Leonor. **Favelas** - outra história da construção do espaço urbano carioca. 2008. 140f. Monografia (Graduação em Arquitetura), Universidade de Coimbra, Portugal, 2008. p. 53.

⁷⁷ DIÁRIO CARIOCA. Situação de favelado é incerta nas favelas de luxo de d. Sandra. Rio de Janeiro, 20 de mar. de 1964. p. 58.

Um aspecto importante e relevante das remoções foi a descaracterização do elo entre as pessoas e a interrupção do processo de autoconstrução que existia nas favelas. A erradicação dessas proporcionou o afastamento de amigos, vizinhos e parentes, já que a remoção dos moradores era feita a partir da situação financeira. Os moradores foram distribuídos com o único critério de rendimentos familiar, sem atenção aos laços de amizade que os unia, pois alguns melhores amigos e famílias foram separados por dezenas de quilômetros, a maioria para toda vida⁷⁸. O afastamento desses indivíduos de seus lugares comuns quebrou as teses dos governos, os quais tinham como objetivo formal integrar os favelados à sociedade⁷⁹.

Esses conjuntos habitacionais para o qual os moradores foram removidos, embora considerado funcionais, eram distantes, separadas da cidade e se assemelhavam a uma espécie de prisão, onde nada se passava e a vida e a espontaneidade do espaço heterogêneo favelado são perdidos, em favor de uma monotonia regulada e triste. Até a altura dos edifícios era um dado completamente novo e desconhecido⁸⁰.

Entre 1962 e 1974, 80 favelas foram extintas e com elas, 26 mil moradias e 140 mil pessoas foram removidas para os conjuntos habitacionais, o que provocou a quebra de laços de solidariedade e o distanciamento do local de trabalho, em alguns casos, em mais de 30 quilômetros⁸¹. Entre esses locais extintos, estava o Parque Proletário da Gávea, que por durante um tempo se viu diante de diversas possibilidades de aproveitamento de seu terreno. Hoje o local é canteiro das obras da linha 4 do metrô, que estão paralisadas há anos. Parte do terreno se encontra com um buraco de proporção colossal, que há cerca de um ano foi inundado para que se evitasse assim o deslizamento das paredes, o que ocasionou a umidificação do solo, trazendo grandes riscos às construções a sua volta, estando a PUC-Rio entre elas.

No processo de revolver as terras antes ocupadas pelo Parque Proletário da Gávea, nenhum vestígio do Parque foi recuperado ou preservado. Um gesto mínimo, que de nada recuperaria toda a memória apagada, seria nomear a esta estação do metrô de Parque Proletário da Gávea.

4.0 – Referências

ATTIÊ, Jamile. Assistência Social da PUC ajuda famílias necessitadas. *Jornal Escola*, Rio de Janeiro, PUC-Rio, 17 mar. de 1968. p. 5.

BRUM, Mario Sergio. Ordenando o espaço urbano no Rio de Janeiro: o programa de remoção da CHISAM e as 'utilidades' para os favelados (1968-1973). In: *Encontro Regional de História da ANPUH-Rio: Memória e patrimônio*, 16, 2010, Rio de Janeiro. **Anais do XVI Encontro Regional de História da ANPUH Rio**: Rio de Janeiro: ANPUH-RJ, 2010. p.1-11.

CORREIO DA MANHÃ. Acelerando várias obras públicas. Rio de Janeiro, 19 mai. de 1955. p. 7.

_____. Natal das pioneiras sociais para 60 mil crianças. Rio de Janeiro, 18 dez. de 1956. p. 11.

_____. Faculdade Católica de direito. Rio de Janeiro, 10 mai. de 1957. p. 10.

⁷⁸ HERINGER, Nathalia Pacheco. Consequências sociais das remoções de favelas no Rio de Janeiro durante a gestão de Negrão de Lima (1965-1971). In: XXIX SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – CONTRA OS PRECONCEITOS: HISTÓRIA E DEMOCRACIA, 29. 2017, Brasília. **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História...** Brasília, 2017, p. 5.

⁷⁹ Ibid.

⁸⁰ NUNES, Inês Leonor, op. cit., p.55.

⁸¹ Ibid. p.54.

_____. Morro do Pasmado já não tem favela. Rio de Janeiro, 18 jan. de 1964. p. 3.

_____. COHAB muda favelados para a Gávea. Rio de Janeiro, 23 de dez. de 1966. p. 3.

_____. COHAB. Rio de Janeiro, 4 de mar. de 1969. p. 2.

_____. No Parque, aflição. Rio de Janeiro, 20 nov. de 1969. p. 4.

_____. Favela acabou: hoje a vida começa na Penha. Rio de Janeiro, 3 jun. de 1970. p. 6.

DIÁRIO CARIOCA. Dona Sandra persegue agora favela da Gávea. Rio de Janeiro, 19 de fev. de 1964. p. 12.

_____. Situação de favelado é incerta nas favelas de luxo de d. Sandra. Rio de Janeiro, 20 de mar. de 1964. p. 3.

DIÁRIO DA NOITE. As favelas vão mesmo abaixo. Rio de Janeiro, 11 mar. 1942. p. 3

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Gávea aceita favelados, mas exige preferência. Rio de Janeiro, 23 dez. de 1966. p. 11.

_____. Meta de Habitação Não Foi Esquecida. Rio de Janeiro, 14 fev. de 1969. p. 9.

_____. Favelados recebem cidade de Negrão. Rio de Janeiro, 29 mar. de 1969. p. 2.

_____. Planetário na Gávea dá Limitações à PUC. Rio de Janeiro, 16 nov. de 1969. p. 6.

_____. Remoção do Parque da Gávea começa com desorganização. Rio de Janeiro, 1974. p. 7.

DUARTE, Antônio Carlos. Entrevista concedida a Eric Damião Duarte. Rio de Janeiro, Cidade de Deus, 5 dez. 2017.

DUARTE, Eric Damião. “Um mundo distante para gente que mora perto”: Parque Proletário da Gávea (Anos 1940 e 1960). In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DA PUC-RIO, 26. 2018, Rio de Janeiro. **Anais do XXV Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica da PUC-Rio**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2018. p. 1-25.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. O rastro e a cicatriz: metáforas da memória. In: **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2006. p. 107-118.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1989. p. 13-41.

HERINGER, Nathalia Pacheco. Consequências sociais das remoções de favelas no Rio de Janeiro durante a gestão de Negrão de Lima (1965-1971). In: XXIX SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – CONTRA OS PRECONCEITOS: HISTÓRIA E DEMOCRACIA, 29. 2017, Brasília. **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História...** Brasília, 2017. p. 1-14.

JORNAL DO BRASIL. Levantamento nas casas vai saber quem ocupa ilegalmente suas vilas. Rio de Janeiro, 21 de dez. de 1965. p. 10.

_____. Favelados da P. do Pinto terão 32 edifícios de 5 andares no Parque da Gávea. Rio de Janeiro, 22 de dez. de 1966. p. 5.

_____. Rio-Santos passa pela PUC, diz Secretário, mas alunos e professores dizem que não. Rio de Janeiro, 20 mai. de 1967. p. 16.

_____. Plano para acabar com favelas da Zona Norte sai em 90 dias. Rio de Janeiro, 20 dez. de 1967. p. 5.

JORNAL ESCOLA. Esporte chega na PUC com passagem do túnel. Rio de Janeiro, PUC-Rio nº 3, mai. de 1972. Primeira página.

_____. Novos horizontes se abrem à PUC – campos de esportes. Rio de Janeiro, PUC-Rio, nº 3, mai. de 1972. p. 5.

_____. O velho desafio. Rio de Janeiro, PUC-Rio, dez. de 1972.

LEAL, Carlos Eduardo. Tribuna da Imprensa. In: VERBETE. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/tribuna-da-imprensa>>. Acesso em: 26 jul. de 2019.

MOTTA, Marly Silva da. O Rio de Janeiro continua sendo? In: Seminário “Rio de Janeiro: Capital e Capilaridade”. 2000, Rio de Janeiro. **Anais do SEMINÁRIO...** Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, p. 1-14.

NUNES, Inês Leonor. **Favelas** - outra história da construção do espaço urbano carioca. 2008. 140 f. Monografia (Graduação em Arquitetura), Universidade de Coimbra, Portugal, 2008.

O GLOBO. D. Guiomar de Araújo a O GLOBO: “Sossego, espaço e conforto foi o que consegui na Villa Kennedy”. Rio de Janeiro, 6 mai. de 1964. p. 3.

OLIVEIRA, Ney dos Santos. **Parque Proletário da Gávea** - Uma Experiência de Habitação Popular. 1981. 120 f. Tese (Mestrado em Engenharia) - Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia, UFRJ, Rio de Janeiro, 1981.

PARISSE, Luciano. Favelas do Rio de Janeiro: evolução e sentido. **Caderno do CENPHA**, Rio de Janeiro, v. 5, 1969.

REMOÇÃO. Produção de Luiz Antonio Pilar e Anderson Quack. Rio de Janeiro: Lapilar, 2013 (1h 25min), son., color.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Cidadania regulada. In: **Décadas de espanto e uma apologia democrática**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998, p. 103-109.

SERRA, Carlos Alberto Teixeira. **Auxílio e sugestões do Departamento de Geografia: Urbanização do Parque Proletário da Gávea**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1967.

TRIBUNA DA IMPRENSA. Dia de Lacerda foi de Visita. Rio de Janeiro, 5 e 6 de out. de 1963. p. 4.

_____. Casa popular sai também na Zona Sul. Rio de Janeiro. 8 e 9 mar. de 1969. p. 2.

_____. COHAB continua removendo os proletários da Gávea. Rio de Janeiro, 28 jan. de 1974. p. 2.

VELHO, Gilberto. Memória, identidade e projeto. In: **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. p. 97-105.

ZYLBERBERG, Sonia. **Morro da Providência**: memórias da "favella". Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.